

# atlas de **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

NÚMERO 7

## O RENASCIMENTO IRANIANO

DELGADO DE CARVALHO

- 1 — Quadro Geográfico. 2 — Trinta Dinastias em 25 Séculos. 3 — A Revolução Branca. 4 — A Questão do Petróleo. 5 — Relações Internacionais. .... 2

## PORTUGAL-ULTRAMARINO: ANGOLA E MOÇAMBIQUE

THEREZINHA DE CASTRO

- 1 — Aspectos Gerais da Expansão. 2 — Aspectos Geo-Econômicos. .... 9

## O TERCEIRO MUNDO

DELGADO DE CARVALHO

- 1 — Bipolaridade. 2 — O não alinhamento. 3 — O terceiro mundo. 4 — As Conferências. 5 — O Espírito de Bandung. 6 — A Ação do Terceiro Mundo. .... 14

## O CANAL DO PANAMÁ

THEREZINHA DE CASTRO

- 1 — Tentativas Iniciais. 2 — Ação dos Estados Unidos. 3 — Relações com a Colômbia. 4 — Dados Gerais. .... 21

CADERNO ESPECIAL  
DA REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA  
ANO 30 — N.º 3

---

# O RENASCIMENTO IRANIANO

DELGADO DE CARVALHO

## 1 — Quadro Geográfico

De tôdas as regiões do Oriente Médio, a que, estruturalmente, mais depende da Ásia Central é o *planalto do Iran*. Além da antiga Pérsia, abrange esta região o Afeganistão e o Pasquitão. O seu principal interêsse geográfico é a sua originalidade estrutural e geopolítica, marcada pela sua posição entre a bacia mesopotâmica e a bacia do Indus inferior e, de outro lado, entre o *gôlfo Pérsico* e a planície aralo-cáspia. Dos dois milhões de quilômetros quadrados da região, mais de um milhão e seiscentos mil cabem ao Iran, unidade política.

A região iraniana constitui, essencialmente, um planalto de 1 200 metros de altitude média, deprimido na sua parte central e orlado, por todos os lados, de dobramentos montanhosos em linhas paralelas.

Assim, na orla setentrional, sucedem-se o *Hindokuk*, o *Elburz* e os montes da *Armênia*; a leste, as serras dos *Montes Solimão*, separados do *Hindokuk* pelo passo de *Kaiber*; no sudoeste, as serras Iranianas levam o nome de *Zagros*, nas duas regiões percorridas. (*Kursistan*, *Fars*).

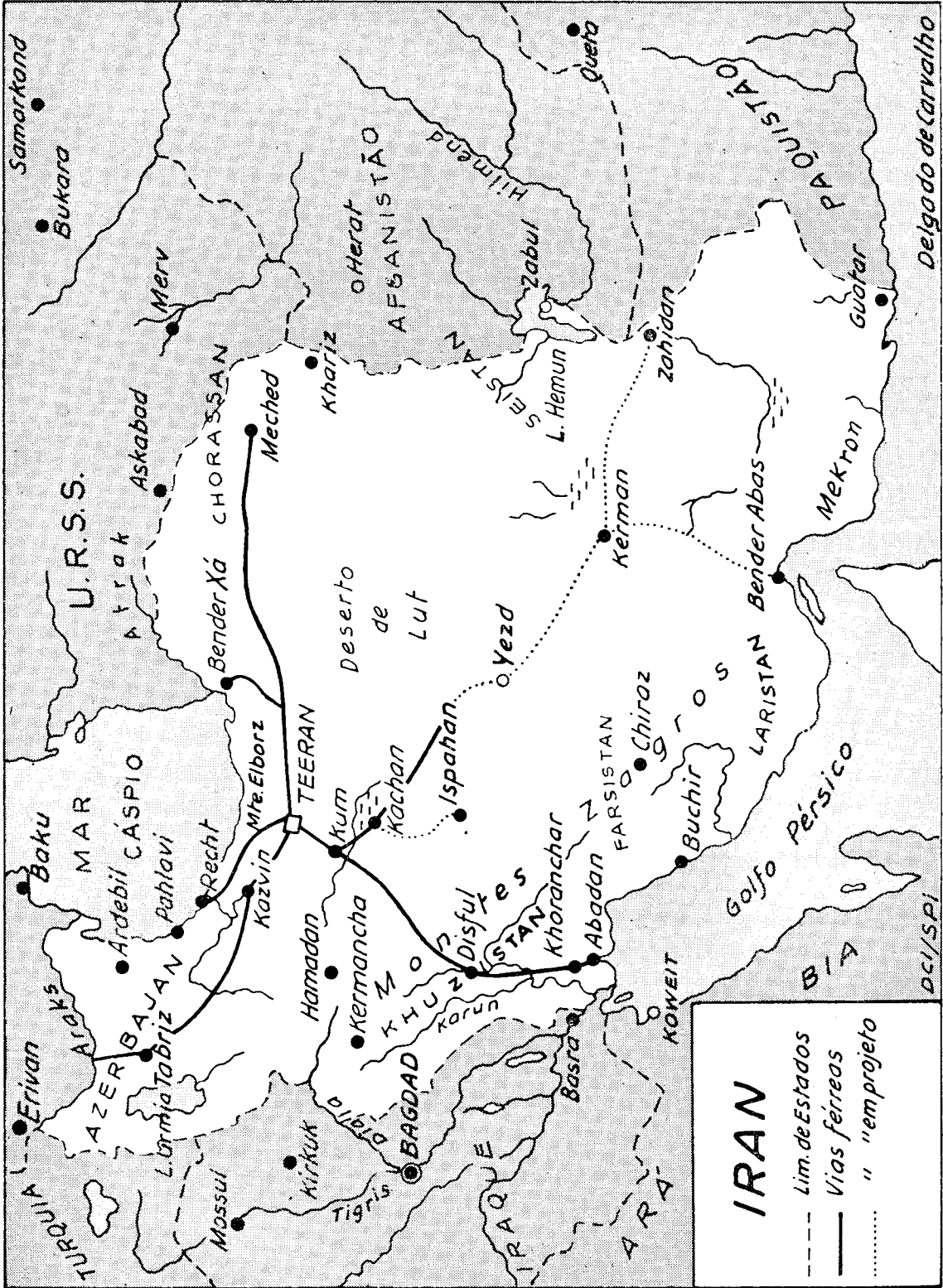
A cordilheira do *Elburz* forma um arco que enquadra a parte sul do Mar Cáspio, o seu ponto mais alto, o *Demavend*, mede 5 670 metros, é visto de Teeran, quando eleva suas colunas de vapôres vulcânicos. A vertente norte dêste anfiteatro montanhoso é úmida e apresenta rica vegetação, mas é região pouco saudável, em contraste com a vertente sul, mais sêca e de bom clima.

A região central do planalto não é uniformemente plana, as partes deprimidas, por vêzes, só medem 300 metros, quando as partes elevadas e mesmo alguns vales ultrapassam 2 000 metros. As serras que percorrem êste planalto são, em regra, paralelas às serras costeiras.

Entre êstes dobramentos centrais, de altitudes tão diversas, encontram-se os desertos de areia ou de pedras, como o deserto salino de *Lut*, composto de areia e sal avermelhado de aparência metálica. Muito raros são os oásis. ditos *Kevin* no norte *Kafa* no sul; são marcadas as suas depressões por pântanos salgados.

Situado entre 25° e 40° de latitude norte, o Iran é um país sêco, integrado na grande *faixa desértica do hemisfério boreal*, Mongólia Saara. A quota de umidade trazida pelos ventos é quase totalmente absorvida pela orla montanhosa que circunda o país. A extrema secura traz invernos frios e calores excessivos no verão. Em Ispahan, o mês mais frio tem 0°2 de média e o mês mais quente 27° 8. Em Teeran a oscilação é menor.

Hidrográficamente, o planalto iraniano é uma bacia interior sem escoamento para o mar. As águas que nêle circulam acabam se perdendo nas areias ou se infiltrando nas fendas calcárias. Em certas depressões existem, entretanto, alguns lagos salgados, como o de *Urmia* no extremo noroeste do país. Na fronteira afegã corre o rio *Hilmend* que se perde nas águas salgadas do lago *Hamun*. A vertente ocidental apresenta pequenos rios costeiros, mas o rio *Tigris* recebe um rio



## IRAN

- Lim. de Estados
- Vias férreas
- ..... " "em projeto

DCI/SP1

Delgado de Carvalho

iraniano, o *Diula*; O golfo Pérsico recebe diretamente o rio *Karun* que apresenta 250 km. navegáveis dos 450 km. que possui.

Neste ambiente tão variado, a vegetação também apresenta contrastes. A noroeste, na vertente setentrional do Elburz, há largas faixas de verdura e numa vegetação tropical estendem-se florestas densas do tipo himalaiano. Ao longo dos rios e dos canais de irrigação vingam algumas espécies arbóreas (oliveiras, ciprestes, salgueiros e álamos). Nos oásis, abundam as árvores frutíferas, (macieiras, damasqueiros, ameixeiras e pessegueiros aos quais coube o nome *prunus pérsica*). Entre os animais selvagens destacam-se o tigre, o leão sem juba, a hiena, o chacal, a rapôsa e a gasela. Entre os animais úteis se distinguem o cavalo, o camelo e o carneiro de fina lã.

Quanto à população, que era de cerca de nove milhões de almas no princípio do século, foi recenseada em 1966, como sendo de 25.781 mil almas. Os iranianos são de etnias indo-europeias muito diversas, misturados com armênios, turcumanos, kurdos e árabes.

## 2 — Trinta Dinastias em 25 Séculos:

Há mais de 25 séculos o planalto iraniano foi ocupado por *indo-europeus*, os *persas*, que cedo passaram sob a dominação dos *medas*, mas não demoraram em constituir o maior império da antiguidade oriental.

Sob a dinastia dos *Aqueménidas* ilustraram-se os famosos reis Ciro, Cambises, Dario, Xerxes, fundadores do vasto império que *Alexandre o Magno* conquistou no IV século AC. Várias foram as dinastias que se sucederam depois da dominação Alexandrina: os *Arsácidas*, os *Sassânidas*, os imperantes *árabes*, *turcos* e *mongóis*.

Sob a dinastia *Sassânida*, iraniana e nacional, (225 a 632 AD), operou-se uma reação contra o helenismo e surgiu uma arte excepcionalmente brilhante na arquitetura, na escultura, na

cerâmica e na arte metálica. Foi a época dos *Sapor* e dos *Yasdgar* sob o reino dos quais disseminou-se o *mas-deísmo* de *Zoroastro*.

Em seguida, a Pérsia entrou no período islâmico de sua história, sob o domínio dos califas e dos turcos, e por fim dos mongóis de *Gengis-Khan*.

Em 1501, surgia em Tabriz um jovem conquistador que veio livrar a Pérsia da dominação estrangeira e fundar a *Dinastia Sefevida* que tornava a Pérsia livre unida, iraniana e chiita sob o reinado de *Xá-Abas o grande* e de *Nadir Xá*.

O século XIX, foi marcado pela Dinastia dos *Kadjars* (1787/1925). Foi principalmente na segunda parte do século XIX que a Pérsia despertou maior atenção das grandes nações da Europa pelo fato de ocupar uma situação geopolítica de capital importância entre duas potências colonizadoras em constante expansão na Ásia anterior, a Rússia czarista e o Império Britânico. Sob o longo reinado de *Naser-ed-Din* declara-se a rivalidade anglo-russa e a Pérsia é levada a ceder o *Afeganistão* ao protetorado britânico e o *Kanato de Merv* aos russos.

No fim do reinado de *Mosafer-ed-Din* (1896 — 1906) que tinha sucedido a seu pai *Naser-ed-Din* (assassinado por um Babista exaltado) a Pérsia entrava numa fase de evolução ideológica.

As vitórias do Japão sobre a Rússia, a revolução russa de 1905 a influência crescente das idéias liberais que predominavam na Europa levaram os iranianos a desejar uma *Constituição* modelada sobre as cartas fundamentais do mundo moderno. Efetivamente, foi redigida e adotada pelo Parlamento (ou *Mejilis*) a *Constituição de 1907* instituindo os três poderes clássicos.

Neste mesmo ano *Ahmed Xá*, menino de treze anos, sucedia a seu pai *Mohamed Ali* que havia reinado três anos e sido forçado a abdicar. Os russos e os ingleses se tinham finalmente

pôsto de acôrdo em relação à extensão das “zonas de influência” que pretendiam exercer na Pérsia dividindo o país em 3 zonas sendo neutra a zona intermediária.

O reinado de *Ahmed Xá* ..... (1909-1925), o último dos Kadjars, foi marcado pela rivalidade anglo-russa, agravada pelos ultimatos da Rússia a respeito das reformas tentadas na Pérsia pelo financista americano *Morgan Shuster*. A primeira guerra mundial colocou o país sob a influência mais direta da Rússia que, tornada comunista, ocupou militarmente o *Gilan*, no litoral Caspiano, aí constituindo uma república soviética. Formou-se então uma *Brigada Persa de Cossacos* que recapturou *Resht*, mas não impediu a organização em Teeran de um govêrno pró-russo. Coube a um oficial da Brigada Persa, *Reza-Khan*, levar a efeito um golpe de estado (1921), tratar com os bolchevistas, abolir as capitulações, cancelar as dívidas e as concessões e reorganizar as finanças e o exército. De primeiro Ministro, Reza passou a ser feito ditador pelo Majilis que acabou declarando “ausente” o Xá e proclamando *Reza Khan Xá* de nova dinastia (1925).

Foram consideráveis os serviços prestados por Reza Xá, embora seu govêrno autoritário não permitisse a menor oposição. A êle deve o Iran, seu *Banco Nacional*, seu serviço aéreo regular por companhia alemã, a encampação do serviço telefônico, a adoção do padrão ouro, a fundação de uma frota no Golfo Pérsico, a solução de tôdas as questões de limites. O Transiraniano do Cáspio ao Golfo Pérsico, vários pactos com potências vizinhas e novas concessões para a exploração do petróleo (1933).

A atitude pro-nazista do Xá ao começar a segunda Guerra Mundial comprometeu a sua posição aos olhos dos aliados e determinou seu afastamento, em 1941. A opinião pública sentiu um alívio com a retirada do autocrata, mas com o tempo e a experiência de dias críticos, houve uma reconsi-

deração do passado e o Mejlis concedeu ao Xá o título de *Riza o Grande*.

Sucedia-lhe seu filho de 22 anos *Mohamed Riza Pahlavi* cujo reinado apresenta uma completa transformação das condições econômicas e sociais da Pérsia, hoje denominada Iran.

### 3 — A Revolução Branca

O Iran é um país que tem *fronteiras* com cinco Potências e cujo território é passagem forçada de comunicações diretas entre o Ocidente e a União Soviética como bem demonstraram as duas Guerras Mundiais. Isto significa evidentemente que é uma nação cuja orientação política não pode ser ignorada nas relações internacionais. Daí resultou, neste meio século principalmente, o aparecimento de um *nacionalismo* que resulta da consciência objetiva dos iranianos de ter uma língua, uma cultura, tradições religiosas, e interêsses materiais que os ligam, como também de ter uma consciência subjetiva de um destino comum. É o *nacionalismo positivo*, fruto da *Constituição* redigida por AC-Afgani e das reformas de Riza Xá, que dita hoje a *política exterior* do Iran, política não de neutralidade, mas de equilíbrio entre o Ocidente e a Rússia e seus associados.

O soberano a quem coube o govêrno do Iran em tais circunstâncias, numa hora histórica de transição, é um democrata liberal, profundo conhecedor da cultura ocidental, haurida na Suíça, onde foi educado, e patrioticamente decidido a levar a efeito os seus planos. Contrariamente às revoluções que vem “de baixo”, a sua revolução vem “de cima”, é *Revolução Branca*, levada a efeito pelo próprio monarca.

Depois das dificuldades resultantes da questão do petróleo, as finanças iranianas entraram numa fase de normalidade devido, principalmente, á crescente contribuição dos “royalties” do petróleo. De 60 a 80% desta renda é aplicada à *Organização do Planeamento*, criada em 1959, e habilmente administrada pelo diretor Ebtehaj.

O desenvolvimento industrial sofreu de sua dependência da política interna e dos limitados recursos do capitalismo nacional. É neste setor que a personalidade do Xá mais decididamente procurou impor as suas idéias, desprezando tôdas as críticas da oposição. A execução do programa de Mohamed Riza levou à fundação de indústrias pelo Estado, podendo ser oportunamente transferidas para o capital particular, à promoção de investimentos ao estabelecimento de instituições de crédito, à aceitação do auxílio técnico do exterior.

Além da indústria do petróleo, existem indústrias têxteis, refinarias moagem; a produção de tapêtes em Kerman é afamada. Há fábricas de vidro, de fósforos, de cimento. A pesca é principalmente ativa nas costas do Mar Cáspio onde Shibut é monopólio do governo. As minas constituem outras riquezas do Iran, sendo ferro, cobre, chumbo, zinco, carvão, os minérios mais explotados que já figuram na exportação do país ao lado das frutas frescas e em conserva, das lãs, das peles e couros.

O comércio exterior reflete o rápido aumento da produtividade iraniana: em 1953-54, eram exportadas 443 mil toneladas, que, em 1965-66, subiram a 89 milhões e 324 mil, embora o valor de suas importações tenham sido cerca de cinco vezes maior do que o de suas exportações (respectivamente 66 milhões de rials pagos contra 14 milhões recebidas do exterior. As necessidades de um considerável aparelhamento para uma nova vida econômica explica esta diferença nestes últimos vinte anos; cabe pois naturalmente ao petróleo compensar a diferença.

A Revolução Branca, porém, atingiu muito mais profundamente a vida social e econômica da Nação nos seus objetivos sociais e agrários. O Xá resolveu modernizar o sistema ainda semifeudal que prevalecia e ainda perdura na maior parte do país, principalmente em zonas afastadas dos grandes centros econômicos. Dos 163 milhões de

hectares que medem as terras do Iran, apenas 5 milhões eram cultivados em 1953 e cerca de 13 milhões estavam para ser aproveitadas. A política agrária consistiu essencialmente em construir represas canalizar águas, reflorestamento, furar poços e cuidar de melhorar a criação. Foi o que visou o Plano Setenal de 1956.

O objetivo do soberano era, entretanto, de localizar lavradores, de colonizar, e, por isso, desde 1950, havia decretado a distribuição de terras da Coroa a famílias rurais. Em 1959, foi mais avante, e cuidou de distribuir terras do Estado. É principalmente nos vales do Khuzistan onde correm o Karun e seus afluentes, (centros da civilização no tempo dos aqueménidas que se multiplicaram as realizações do Plano iraniano. Uma lei instituiu Conselho Rurais. Implicava também a reforma a contribuição dos grandes proprietários que seriam indenizados pelo Estado, sendo suas terras vendidas a famílias de lavradores dos quais um pagamento escalonado em vinte e cinco anos lhes daria quitação. Nem todos os projetos legislativos do Governo de Mohamed Riza foram favoravelmente encarados no Mejlis.

Uma forte oposição se levantou contra o modernismo das reformas do Governo. A "revolução branca", tem contra si os senhores de extensas propriedades que não desejam ver suas terras limitadas à extensão máxima de 600 acres, mas conta também opositores e críticas em tôdas as classes os *mulahs*, dirigentes religiosos, que escandalizam a emancipação da mulher sob a liderança da princesa Ashraf irmã do Xá; os políticos os comunistas, muitos intelectuais, os "arabicistas" movidos por um novo dinamismo nacionalista árabe e de um modo geral, todos os adversários da Ocidentalização.

Uma das recentes medidas às quais recorreu a criação de um *Corpo Letrado*, incumbido de facilitar a execução do programa de Mohamed Reza Xá nos seus seis pontos essenciais: reforma agrária, participação dos operários

nos lucros, nacionalização das matas, transferência das fábricas do Estado à iniciativa privada, reforma eleitoral com voto feminino e atuação eficiente do próprio "Corpo letrado". Este corpo é formado de médicos, professores, engenheiros, servidores sociais, peritos e técnicos diversos que visitam as localidades, as casas, aconselham e auxiliam o povo que necessita de amparo e de cultura cívica.

Mohamed Reza tem para si a elite iraniana, mas a aristocracia e os políticos tradicionais o consideram como um traidor de sua classe. A oposição que êle sofre é semelhante a que sofreu Mustafa Kemal, como também Nasser e outros reformadores. A diferença é que, em regra, as reformas vêm por iniciativa das classes médias, vêm "de baixo", mas no Iran, a revolução é "de cima", como já foi dito, mas nem por isso é mais fácil a tarefa. O que salva Mohamed Reza, é a sua popularidade, manifestada estrondosamente em 1967, por ocasião de sua coroação (26 anos depois de seu advento).

#### 4 — A Questão do Petróleo

Nas últimas décadas, o problema econômico e político mais delicado que se apresentou ao governo de Mohamed Reza, foi incontestavelmente o do petróleo, isto é, da principal riqueza do Iran e, ao mesmo tempo, o que lhe dá mais projeção na vida internacional, visto a importância que ao óleo iraniano deram as guerras mundiais e o abastecimento do Ocidente.

O episódio do petróleo, na atualidade iraniana, foi um dos resultados do surto de nacionalismo que nêle teve o seu aspecto mais espectacular pelo fato de envolver, no caso, as grandes nações. A êste propósito não pode deixar de ser destacada a figura de um rico aristocrata e estadista, Mohamed Mossadegh, que liderou a política do Iran durante a crise de 1951 a 1953. Antigo parlamentar e opositorista, no tempo de Reza Xá, foi temporariamente afastado em suas terras, mas sob o Xá atual vol-

tou a liderar um movimento nacionalista, xenófobo, democrático e mesmo antimonárquico. A neutralidade entre partidos que o Xá procurava manter, permitiu o advento de Mossadegh, à presidência do Conselho de Ministros, isto é, ao governo do país, aliás, com amplas credenciais na opinião pública.

Sob forma de nafta, o petróleo era conhecido no norte do Golfo Pérsico desde a antiguidade iraniana, como revelam as ruínas de templos em que seu fogo era objeto de culto. Só em 1901, entretanto, foi averiguada a existência do petróleo e dada uma concessão de exploração ao australiano Knox d'Arcy, que muito nisto despendeu e muito pouco conseguiu. O emprêgo de mazut residuo de petróleo, como combustível na marinha britânica, em substituição ao carvão, deu grande impulso à pesquisa de petróleo e despertou o interesse dos ingleses pelo sudoeste iraniano, que o tratado de 1907 lhes tinha atribuído como zona de influência. Foi fundado o *Anglo Iranian Oil Company* (A.I.O.C.P. em 1909, e em 1933, foi assunto de acôrdo definitivo com o governo de Teeran, estipulando prazo de 60 anos da concessão, de porcentagens a pagar, impostos e outros dispositivos). Começou, então, a crescer a exportação: em 1940, de 8.300 mil toneladas, 1945 de 17.100 mil toneladas e em 1950 de 31.800 mil toneladas. Os royalties pagos ao Governo subiram a 38 milhões de dólares em 1949, mas foi julgada insuficiente em relação aos privilégios e monopólios da A.I.O.C. e os deputados da *Frente Nacional*, por Mossadegh, reclamaram a abolição de todas as concessões a estrangeiros. Daí resultaram os dois decretos de 1951 estabelecendo a nacionalização da exploração do petróleo. Ficava assim o país, privado da considerável contribuição financeira do petróleo ao equilíbrio do seu orçamento. A questão dos direitos da A.I.O.C. foi levada pelo governo de Londres, à ONU e Suprema Côrte. Outras instituições se declararam incompetentes, pois o acôrdo não estava sendo feito entre Potências e continha aliás termos ambiguos. Mossadegh foi

aos Estados Unidos, solicitar o apoio de Eisenhower e negociar empréstimo; nada obteve, mas continuou a recusar novo acordo ou arbitramento.

O Xá Mohamed entrevistou então; Mossadegh abriu luta contra o soberano que o demitiu e retirou-se em seguida para Bagdad. Esta "fuga" do imperante determinou forte reviravolta na opinião: Mohamed Reza teve uma recepção calorosa ao voltar a Teerã e pôde resolver convenientemente o caso do petróleo. A solução foi dada estando no Governo o ministro Zahedi e, em 1954, foi assinado um tratado com o *Consórcio Internacional* em virtude do qual, as companhias britânicas recebiam 40% das reservas do petróleo exportado, as companhias americanas 40%, as companhias holandesas 14% e as companhias francesas 6%. Por sua vez, o governo de Teerã recebia 50% das vendas. Estes "royalties" que eram de 92,2 milhões de libras esterlinas em 1959, subiram a 103,9 milhões em 1961 e, a 135 milhões em 1964.

Nestas condições, o governo, dotado de estabilidade política, está em estado de prosseguir a sua ação pioneira na vida econômica e social da Nação.

## 5 — Relações Internacionais

A questão do petróleo, apesar de sua importância na política econômica das Nações, não chegou a alterar as diretrizes das relações internacionais do Irã. Continuou o governo do Teerã a observar a sua posição de *equilíbrio positivo*, hoje foi quase secular, entre a *Grã-Bretanha* e a *Rússia*. Esta orientação tão útil na Primeira Guerra Mundial, não foi alterada na segunda, apesar da tentativa de Reza Xá de favorecer a Alemanha, fato que apenas determinou a sua abdicação. O seu filho e sucessor integrou-se, pela sua cultura, no "Ocidentalismo" que inspirou o modernismo de sua ação governamental.

Ao terminar o segundo grande conflito mundial, os aliados haviam tomado o compromisso de evacuar os

territórios respectivamente ocupados pelas suas forças, para manter entre si as indispensáveis comunicações para provimento da frente oriental. A União Soviética e a Grã-Bretanha se conformaram com o pacto de retirada, mas os russos não deixaram de ser tentados de apoiar um movimento separatista no *Azerbaijão*, onde, sob inspiração soviética, o partido comunista *Tadeh*, organizava em 1946, um *Estado Autônomo* que pouco substituiu, graças à intervenção do Conselho de Segurança da ONU.

Os mil e tantos quilômetros de extensão que mede as fronteiras russo-iranianas, predispõe o governo do Xá a manter relações amistosas com o governo de Moscou, consolidadas por acordos bilaterais. (Visitas de Brezhnev em 1963 e de Kosyguin em 1968).

O Irã enveredou francamente para uma política exterior ocidental ao entrar no *Pacto de Bagdad* com a *Turquia* e o *Iraque*, em 1955. Nêles entrava com a *Grã-Bretanha* e o *Paquistão*. Quanto aos *Estados Unidos* nêles aparecem em 1956. No objetivo, é considerada a defesa e segurança, a cooperação e a solução pacífica dos conflitos. Com a saída do Iraque, a sede da organização passou a ser Ankara e o nome do pacto é hoje *Organização do Tratado Central* (CENTO).

A adesão do Irã a este Pacto foi tanto mais justificada que a "Confederação Ariana" ideada por Mohamed Reza não vingou quando, em 1958, êle procurou unir o seu país à Turquia, ao Paquistão e ao Afeganistão por um laço que marcasse claramente a sua independência moral no *mundo árabe* e o seu alinhamento mais decisivo na frente ocidental.

As questões de fronteiras com o *Afeganistão* na região do *Helmand* e as discussões a respeito de *Bahreïn* e do *Golfo Pérsico* não constituem ameaças à paz iraniana. Mas é incontestável que as mudanças de regime que se produzem no *Iraque* não podem deixar de preocupar o governo do Teerã.

Julho, 1968



# PORTUGAL-ULTRAMARINO: ANGOLA E MOÇAMBIQUE

THEREZINHA DE CASTRO  
Geógrafa do IBG.

## 1 — Aspectos Gerais da Expansão

A *posição de Portugal*, de forma retangular, no sudoeste da Europa, de linha costeira no cruzamento Atlântico-Mediterrâneo, levou-o a *expansão marítima*. Em seu aspecto físico é separado da meseta que cobre a península Ibérica e que vai descendo em degraus para o Atlântico; a *influência marítima* aí também domina o território português, onde entram rios torrenciais (Tejo e Douro) por profundas gargantas, para constituírem, na foz, excelentes portos. A relativa pobreza do solo fêz os portugueses procurarem, no mar, outros recursos à sua subsistência e, assim, no século XVI formavam o *mais vasto império do mundo*.

País europeu, o mais próximo da África e América, descobriu e ocupou extensas áreas nestes continentes: *Angola, Moçambique e Brasil*. No entanto, tendo Vasco da Gama descoberto o caminho marítimo para as Índias, levaria Portugal a se tornar um *país comerciante*. Sua expansão atingira o Índico e, através de Goa, Diú e Damão, obtinha as tão ambicionadas especiarias; no extremo oriente chegava a Macau e Timor. Para pontos de escala do seu comércio marítimo, mantinha a Guiné Portuguesa (arquipélago dos Bijagoz) as ilhas de São Tomé, Príncipe, como também os arquipélagos dos Açores, Cabo Verde e Madeira.

Mas Portugal era pequeno e ainda pouco povoado para manter, simultaneamente, todas essas áreas. Dêste modo, enquanto as especiarias lhe trouxeram vantagens econômicas não pôde iniciar a colonização do Brasil e África. Eram seus êsses *territórios pelo*

*direito da descoberta*; porém, os portugueses tiveram que conquistar essas terras ameaçadas pela ambição estrangeira.

Ameaçado o território americano português, onde o pau-brasil era alvo da cobiça de entrelopos e piratas, iniciaram nêle a colonização. Em contato com áreas tropicais da Ásia e África, os portugueses viveram do comércio. No Brasil tiveram que se fixar em *sociedades agrícolas*, já que o pau-brasil, embora vendável, não lhe proporcionava os lucros das especiarias orientais; trariam, portanto, para a América, as experiências adquiridas nos arquipélagos e ilhas do Atlântico.

O Brasil foi, assim, o *grande campo de prática colonizadora de Portugal*, uma vez que o estágio oriental fôra mais dedicado a extração da riqueza para o comércio; aqui tiveram que cultivar a terra para produzir alguma coisa. Daí haver dito Pedro Calmon, em sua História Social do Brasil — “os portugueses da Ásia voltavam opulentos, os do Brasil ficavam fixados pelo latifúndio”.

Dêste modo podemos afirmar que além da *mobilidade*, a *miscibilidade* que os portugueses, uma vez fixados, puseram em prática no Brasil, se apresentaria como o segundo grande fator da colonização portuguesa.

No século XIX teria Portugal que voltar sua atenção para a África, pois para ela se dirigiam os interesses de vários países europeus.

O contato, de pouco mais de três séculos, com o Brasil proporcionara aos portugueses *grandes experiências*. Na América, a política portuguesa fôra a

de procurar se instalar na *embocadura das duas grandes bacias* — a do Prata e Amazônica, caminhos naturais para a penetração. A *importância do Prata* ficara logo patenteada por constituir, no período colonial, a via natural de entrada e saída das riquezas espanholas. Daí os choques sucessivos entre espanhóis e portugueses na região; com tenacidade conseguiram os portugueses manter a margem norte da embocadura platina, criando aí a província Cisplatina, que o Brasil perderia após sua independência (1828).

Já a *bacia Amazônica*, fracamente povoada, encerrada pela vasta floresta equatorial, pouca atração exercera nos espanhóis nesta época. No entanto, para livrá-la das incursões estrangeiras, notadamente de ingleses; holandeses e franceses, Portugal explorou-a através da entrada de Pedro Teixeira, dela tomando posse; independente, o Brasil tornava-se herdeiro desta vasta área no equador.

Em *Moçambique*, os portugueses defenderiam logo a *foz dos rios Zambeze e Limpopo*; encontrar-se-iam com os alemães no rio Rovuna. Em Angola englobariam a *bacia do Cuanza*, mas o Cunêne passaria a separá-los dos alemães. Já o *Congo* iria se transformar numa espécie de “Prata Africano”; os portugueses iriam, nesta área, se defrontar com os interesses belgas e franceses. Portugal procurou, então, na sua tradicional aliada — a Inglaterra, o apoio que necessitava. Pelo tratado de 26 de fevereiro de 1884, os ingleses reconheciam os direitos portugueses sobre as duas margens do Zaire ou Congo.

Renascera a atividade colonial na África e, neste mister, entre várias nações européias estava Portugal. Na *Conferência de Berlim* (1884-85), convocada para a revisão dos tratados bilaterais de ocupação efetiva no continente africano, *perdia Portugal o domínio absoluto da foz do Congo*; teria que dividi-lo com os belgas, já que se consagrava aí o direito de ocupação, em detrimento do direito histórico do descobrimento ou colonização.

Se no Brasil o espírito de aventura português recuara em muito a linha de Tordezilhas para o oeste e o *uti possidetis* confirmara a posse desses territórios espanhóis a Portugal, na África o ideal passaria a ser o de ligar *Angola a Moçambique*, pelo interior, numa linha leste—oeste, Índico—Atlântico. Prevendo a atitude hostil dos ingleses instalados no Cabo, Portugal procurou, desta vez, o apoio da Alemanha; conseguiram, assim, os dois países assinar o tratado de dezembro de 1886, pelo qual os alemães reconheceram as aspirações portuguesas.

Vários mapas publicados em Lisboa delimitaram a África Portuguesa, indo de Angola à Zambézia, contrariando os interesses ingleses, que sonhavam com a ligação norte—sul, ou seja, do Cabo ao Cairo. Finalmente surgiria o *famoso mapa côr-de-rosa*, apresentado por Barros Gomes à Câmara, estendendo o domínio português de costa a costa; *as expedições exploradoras de Serpa Pinto e Paiva Couceiro* partem, em princípios de 1889, para pôr em execução no terreno o referido mapa.

Surgem então violentos protestos quando se defrontam os interesses portugueses com os da British South African Company, chefiada por Cecil Rhodes; é que a companhia havia obtido, também da Alemanha, uma carta de proteção, atribuindo-lhe direitos soberanos neste *hinterland* (15 de outubro de 1889). A questão tornar-se-ia governamental quando Londres, em janeiro de 1890, envia um *ultimatum* a Lisboa, para que retirasse suas tropas, imediatamente, da *rota do Chiré*, que, por sinal, era a de melhor acesso ao planalto. Dêste modo, pelo tratado de agosto de 1890, jamais ratificado pelo Parlamento português, o planalto do Chiré e parte do Zambeze (entre as quedas de Vitória e Zumbo) tornavam-se território inglês; Portugal só obtinha o direito de estabelecer ferrovias e telégrafos neste intervalo terrestre que separaria, definitivamente, Angola de Moçambique.

Para conservar êsses territórios africanos, ameaçados pela cobiça de na-



ções européias, Portugal participou da 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial, ao lado dos aliados. Sabe-se que, pouco antes deste conflito, um tratado secreto anglo-alemão (1913), que não chegou a ser assinado, dividia a África Portuguesa em duas partes pelo meridiano de 20°; deixava à Alemanha a Angola Atlântica, bem como as ilhas de São Tomé e Príncipe, ficando para a Inglaterra, Moçambique e a parte oriental de Angola.

Portugal é hoje uma república unitária e corporativa, dividida em distritos, "sem prejuízo da designação regional província", diz o artigo 125 de sua Constituição; é um país, como os Estados Unidos, formado por terras descontínuas, \* entre as quais Angola e Moçambique são as de maior extensão territorial. No artigo 135 confirma, para seus territórios extra-europeus, a categoria de províncias ultramarinas que, "como parte integrante do Estado Português, são solidárias entre si com a metrópole". Garante, pelo artigo 148, às "províncias ultramarinas a descentralização administrativa e a autonomia financeira".

A 22 de novembro de 1963 foram elaborados estatutos político-administrativos para as *províncias ultramarinas*, conferindo-lhe autonomia local, em concordância com a Constituição Política da República Portuguesa, que entrou em vigor em 1933.

## 2 — Aspectos Geo-Econômicos

### a) Angola

A região planáltina de Angola é delimitada pela planície costeira e os rios Cunêne e Cuanza; vivem aí os vimbundos ao norte e mandimbo ao sul. A leste do Cunêne, para o sul, estende-se a meseta, região planáltina, onde numerosos rios escavaram seus leitos; a parte meridional está coberta pelas areias do deserto do Kalaari.

A *orla litorânea* é como que uma espécie de arremate, ao pé da abrupta

\* Os Estados Unidos possuem, fora de seu território contínuo os estados do Alaska e Havai, bem como o Estado Associado de Porto Rico e Ilhas no Caribe.

vertente atlântica da meseta; no sul, zona das estepes, refugiaram-se tribos nômades (bakiusu de Mossâmedes), enquanto as savanas do norte, salpicadas de baobás, são povoadas por agricultores nativos, plantadores de arroz e milho principalmente. Os *vales fluviais* da região litorânea são muito largos, favorecendo a agricultura, embora a mósca tsé-tsé tenha que ser combatida para não causar grandes estragos; no norte, região mais chuvosa, os rios apresentam *matas ciliares* formadas por palmeiras, no sul, as chuvas vão se tornando mais escassas, transformando os rios em periódicos que, deixando lençóis de água, sustentam verdadeiros oásis de algodoads e canaviais.

Sob o *ponto de vista* humano, Angola é a região mais homogêna do continente, já que a população indígena é formada, quase que exclusivamente, por negros bantus, fornecedores de grandes contingentes à escravidão no Brasil; no entanto, a língua bantu encontra-se subdividida em numerosos grupos e dialetos. Com uma área de 1.246.700 km<sup>2</sup>, comparando-se o nosso estado do Pará, apresenta cerca de 5.183.000 habitantes (Almanaque Mundial — 1965).

Vivendo economicamente da *agricultura tropical*, nas altiplanícies do interior angolano pratica-se a *pecuária* (bovino, ovino e suíno). O *café* é plantado, de preferência, na zona intermediária litoral—planalto; transformou-se se no principal produto, com 45% do total exportável. No litoral, entre outros produtos destaca-se a cultura da cana-de-açúcar.

Além da *indústria* de base, que é a pesca e seus derivados, possui algumas fábricas de açúcar, azeite vegetal e fumo. Nas *explorações minerais*, o diamante coloca a província em 3.<sup>o</sup> lugar na produção mundial. A riqueza petrolífera apresenta-se promissora, havendo já em Angola poços pioneiros, projetando-se uma refinaria nas imediações de Mulemba.

Uma *rede ferroviária* de 3.256 km (1964) une as principais cidades da pro-

víncia. Três delas: Malange—São Paulo de Luanda (489 km), Gabela—Pôrto Amboim (123 km) e Sá da Bandeira—Mossâmedes (260 km) procuram, do interior atingir os principais portos, a fim de facilitar o escoamento da produção. No entanto a mais importante na província é a ferrovia transversal que une Dilolo—Lobito (1.344 km). Em 1964 contava Angola com 45.156 km de rodovias (The Statesman's Year Book — 1967-68).

Como no Brasil, as principais cidades angolanas se encontram no litoral e, à semelhança do que se fez aqui em 1960, a futura capital da província deverá ser instalada no interior, em Nova Lisboa.

#### b) Moçambique

Com cerca de 2.300 km de costas sobre o Índico, recortadas e altas ao norte, tornando-se baixas, arenosas e pantanosas ao sul, Moçambique tem, no interior, a Rhodésia, Zâmbia e Malawi, necessitando dos seus portos para o intercâmbio comercial. Dêste interior alto, onde entre outras elevações destaca-se o Drakensberg, saem os principais rios locais: o Zambeze, navegável a partir de Tete (700 km), desemboca através de vasto delta; o Limpopo, a princípio encachoeirado, despeja suas águas ao norte da baía de Lourenço Marques, em região de pântanos e bancos de areia.

Em minérios, Moçambique é tão rica como Angola, pois seu subsolo possui hulha, estanho, tungstênio, grafite, ouro e bauxita, esta última já figurando nas exportações; os principais centros mineiros estão em Manica, no alto Zambeze. Entre os produtos agrícolas destacam-se o algodão, açúcar e arroz, não diferindo muito dos encontrados em Angola e no Brasil.

A população de Moçambique é avaliada em 6.234.000 habitantes, possuindo uma área de 783.030 km<sup>2</sup>, sendo, por isso, pouco maior que o nosso estado de Goiás (Almanaque Mundial — 1965).

Em função da importância que representa para os países limitrofes do

interior, Moçambique está ligado a êles principalmente dentro do sistema Rhodesian Railway, Central Africa Railway e British Nyssaland, esta última com terminal em Pôrto da Beira. A província é servida por 3.621 km de ferrovias e 38.259 km de rodovias (The Statesman's Year Book — 1967-68). Como em Angola, as principais cidades da província encontram-se na orla marítima: Lourenço Marques (capital) Moçambique, Nacala e Beira.

(Julho de 1968)

### QUADROS ESTATÍSTICOS

#### (1) Produtos Agrícolas e Minerais (milhares de toneladas métricas)

PRODUTOS	BRASIL	ANGOLA	MOÇAMBIQUE	ANO
Café.....	600,0	192,0	—	1964
Algodão.....	589	4	33	1964
Semente de algodão	1 102	8	66	1964
Milho.....	9 408	508	—	1963
Açúcar.....	3 425	65	151	1964
Amendoim.....	668	30	21	1964
Arroz.....	6 345	—	141	1963
Óleo de Palma.....	142,1	18,0	—	1963
Sal.....	745	81,1	29,0	1964
Diamantes.....	350	1,149	—	1964
Ouro.....	3 763kg	—	3 kg	1961
Cimento.....	5 529	14	—	1964
Hulha.....	1 682	—	245	1964
Bauxita.....	127	—	6	1964
Cobre.....	2,0	1,1	—	1962
Minério ferro.....	10,200	565	—	1964
Minério manganês..	515,1	4,0	—	1962
Petróleo bruto.....	4,353	905	—	1964

#### (2) Pecuária (milhares de cabeças)

PRODUTO	BRASIL	ANGOLA	MOÇAMBIQUE	ANO
Bovino.....	79 855	1 120 (1961)	1 126	1964
Suíno.....	55 990	295	98	1964
Ovino.....	21 033	120	102	1964

#### (3) Comércio (milhões de dólares)

ANO	BRASIL		ANGOLA		MOÇAMBIQUE	
	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação
1960.....	1 462	1 269	128	124	182	73
1961.....	1 460	1 403	114	135	137	95
1962.....	1 475	1 214	136	148	136	91
1963.....	1 487	1 407	146	164	142	101
1964.....	1 230	1 430	164	204	156	106

FONTE: Statistical Yearbook — 1965 — United Nations.

# O TERCEIRO MUNDO

DELGADO DE CARVALHO

## 1 — Bipolaridade

A Primeira Guerra Mundial foi a realização mais perfeita e completa do tipo de *guerra clássica*; a segunda guerra, porém, já se apresentou como prenúncio de *guerra total*. Comparada uma à outra, apresentam muitas diferenças, mas é nas suas conseqüências que ressaltam os seus contrastes mais marcantes. Ao se abrir a Era Moderna da História, os conflitos foram ocasionados por ideologias religiosas; no tempo presente as hostilidades resultam de ideologias sociais.

Em 1939 ainda era reconhecida a hegemonia da Europa, apesar de todos os abalos sofridos no período de entre-guerras. Eram sete as nações que mereciam o título de *grandes potências*. Ao terminar a Segunda Guerra Mundial, vencedores e vencidos estavam esgotados, mas dominavam a situação apenas duas potências: os *Estados Unidos* e a *Rússia*.

Sem apurar se são positivas ou negativas as ideologias sociais destas duas forças em oposição no mundo de pós-guerra, é corrente usar a expressão *bipolaridade* para caracterizar a posição atual em que parecem se enfrentar. O primeiro decênio transcorrido, depois de restabelecida a paz, foi mantido o equilíbrio da "guerra fria" pelo "equilíbrio do terror".

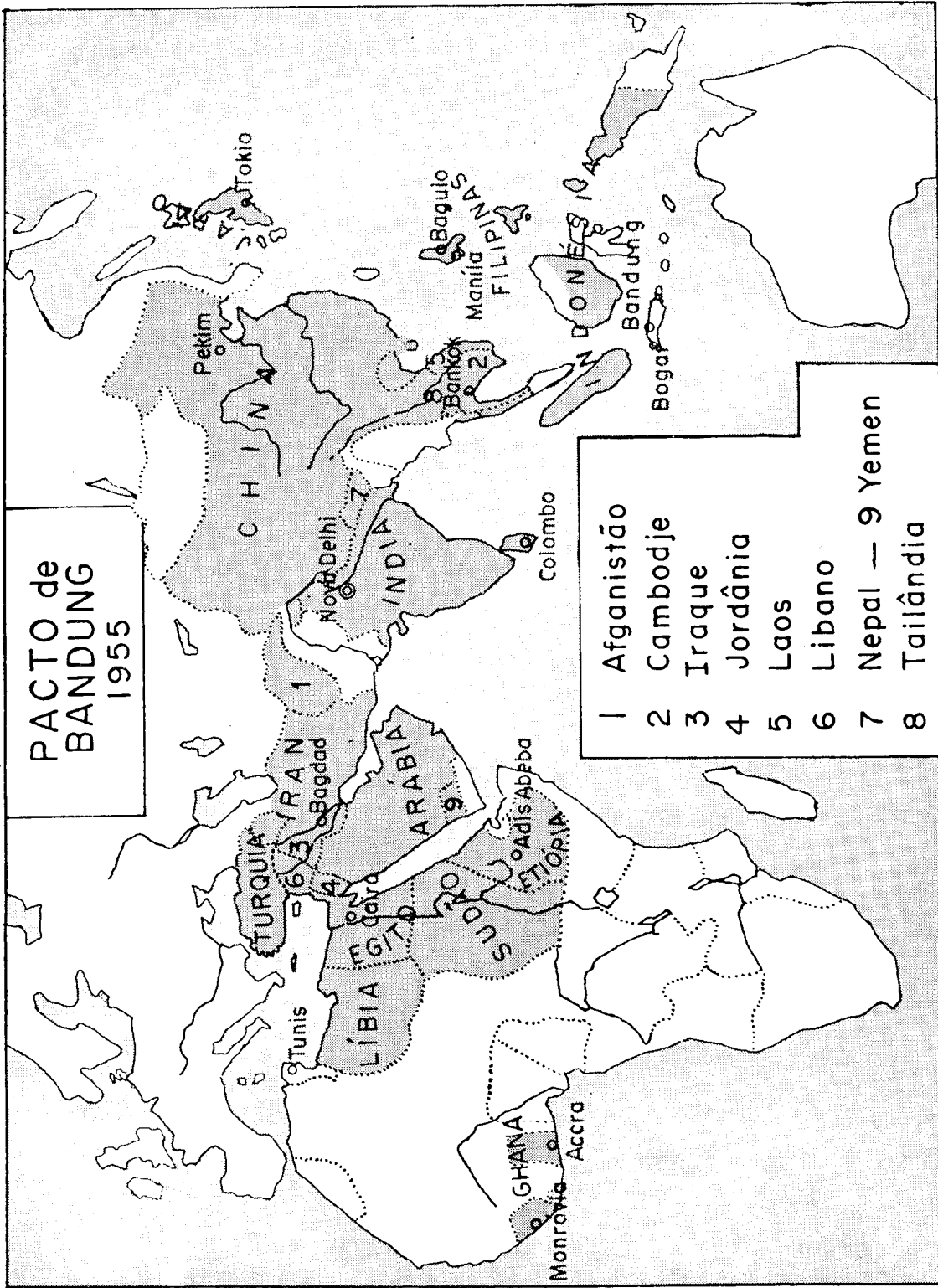
Os interesses econômicos e as ambições territoriais não afetavam diretamente as potências rivais, o que felizmente atenuava a aspereza da rivalidade; a oposição se apresentava em plano diferente, o da ideologia social. Para isso a guerra fria constituía, essencialmente, em angariar o maior número possível de nações para aderirem à sua filosofia política.

Reconhecidos os dois pólos da vida internacional, os Estados Unidos e a União Soviética, seria exagêro considerar as diversas nações como um mundo à parte, em *Terceiro Mundo*. Várias são, de fato, as protencias não alinhadas ideologicamente, que conservam seu prestígio, sua força, sua influência e sua liberdade, como a Grã-Bretanha, a França, o Japão, o Irã, a África do Sul e outras.

O Terceiro Mundo, nesta fase de transição em que estamos, é de difícil e delicada definição. Acha-se em segundo plano e se revela por meio de massas populacionais *subnutridas*, *depauperadas* pelas moléstias e necessitando recursos e *auxílios do exterior*. Com a *descolonização* em grande escala e um tanto precipitada, as ex-colônias se achavam, em muitos casos, em situações críticas. Embora independentes, várias novas nacionalidades continuavam na dependência econômica das potências ricas. Diante da bipolaridade reinante, o problema da ideologia social a escolher surgia na política das nações de um Terceiro Mundo.

## 2 — O não alinhamento

A origem psicológica do *não alinhamento* se encontra no desejo, do homem avisado, de viver em paz com seus vizinhos. O mesmo se dá com as coletividades e com as nações, transportada a vida no plano internacional. As divergências entre aliados da Segunda Guerra Mundial apareceram cedo nas *conferências de paz de Paris*, em 1946. Os primeiros sintomas da guerra fria se deram à medida que os dois grandes vencedores, a União Soviética e os Estados Unidos, começaram a formar blocos de aderentes no seio das *Nações Unidas*. A explosão da guerra



ria se deu em setembro de 1947 quando Vyshinsky declarou, na Assembléia das Nações Unidas, que a política dos Estados Unidos tratava de isolar a União Soviética, iniciando uma campanha ideológica anticomunista.

Já naquela época a Índia independente havia enviado o seu representante às Nações Unidas e declarado a sua repulsa por qualquer filiação a um bloco ideológico. Nascia assim o conceito do não alinhamento. As tradições de tolerância e de não violência davam, incontestavelmente, à pátria de Gandhi e de Nehru o direito de liderar um movimento neste sentido. Daí a resolução do governo da Índia de agir, principalmente, por participação ativa nos trabalhos da Assembléia das Nações Unidas. O não alinhamento é uma expressão negativa, mas não se confunde com a neutralidade, como disse, certa vez, em Moscou, o vice-presidente iugoslavo Kardelj: "A essência da política de coexistência pacífica, como a de não alinhamento, que é um de seus aspectos, não é forma de neutralismo diante das alianças militares em vigor... É antes de tudo uma luta pela independência política e econômica e pela igualdade dos povos." O não alinhamento é conceito dinâmico, ultrapassa raças, religião, línguas; é livre de qualquer complexo continental e corresponde às necessidades do desenvolvimento de cada país.

Esta nova doutrinação de relações internacional foi muito criticada durante a guerra fria; foi reprovada por ambos os blocos. Foster Dulles chegou a qualificá-la de "imoral". Mas, com o passar dos anos, com a sua adoção em diferentes setores, acabou sendo aceita e a União Soviética a reconheceu, em várias declarações oficiais, como reforço à paz e à coexistência pacífica.

Os governos partidários do não alinhamento têm sido, freqüentemente, solicitados por antigas metrópoles coloniais a cooperar, sendo submetidos a pressões econômicas e políticas: era o chamado *neocolonialismo*. Em realidade, sempre faltou mais auxílio estran-

geiro aos países não alinhados. Com o declínio da guerra fria, perdeu importância o não alinhamento, mas é indiscutível que, passada a fase dos pactos internacionais de caráter militar, ela contribuiu para a formação do mundo atual.

### 3 — O terceiro mundo

Os resultados da Primeira Guerra Mundial haviam provado aos países da Ásia e da África sob *influência, protetorado* ou *ocupação*, que suas respectivas metrópoles não eram invencíveis. Começaram, então, as suas elites a cogitar da independência, mas as aspirações nacionais foram fortemente alentadas pelas consequências do segundo conflito. Coube, nesta época, um papel significativo ao Japão que, por necessidade de expansão econômica e por interesse estratégico, iniciou vasta campanha de libertação nos países asiáticos do Pacífico, auxiliando os movimentos nacionalistas, que lhes facilitavam a ocupação e a conquista de mercados.

Ofereceram reações diferentes os impérios asiáticos, protegidos, ou ocupados, em parte, e as *colônias africanas*. Nas suas colônias os europeus tinham cuidado de formar *elites de cultura ocidental*, modeladas nas instituições clássicas das respectivas metrópoles. Na Ásia o caso foi outro: áreas geralmente mais povoadas, ou mesmo superpovoadas, conservavam, as suas elites *aspectos tradicionais* e não se prestavam a tão completa doutrinação. Observa-se êste contraste comparando a Índia de Nehru à Ghana de Nkrumah, o Paquistão ao Congo. Muitas analogias persistem, entretanto, quando os países tiveram de ser entregues às suas elites. A comunidade de situação no *mundo livre* levou os Estados novos da África e se considerarem solidários com os novos Estados Asiáticos.

Nos seus estudos sobre "Política no Sudeste da Ásia", o professor Rupert Emerson contrasta as tendências africanas a estabelecer cooperação regio-



nal, num sentido de solidariedade, com a falta de nexos moral entre os vários tipos de civilização que tradicionalmente dividem o sudeste asiático, do Paquistão às Filipinas; falta aí o senso de unidade regional, embora não deixem de multiplicar pactos de coordenação de suas atitudes.

Seria longa a enumeração dos movimentos nacionalistas que, sob forma de insurreição, revoltas e distúrbios, se sucederam desde 1941-1947 na Indochina, em Madagáscar, em 1952 na Tunísia, no Chadou no Camerun, em 1950 no Quênia, na Argélia, em 1954 na Indonésia separatista e em outras regiões agitadas. A atitude da Grã-Bretanha em relação à Costa do Ouro, hoje Estado de Ghana, serviu de exemplo aos territórios do Golfo da Guiné, que reivindicavam a sua independência.

Surgiram, então, personalidades como Sukarno e Hatta na Indonésia, como Houphouët-Boigny e Senghor nos países de língua francesa, Nkrumah em Ghana, Lumumba, Tchombe e outros no Congo. Não resta dúvida que a rapidez com que se sucederam os acontecimentos de capital importância, ficou abolida, quase por completo, a cooperação das ex-metrópoles e as novas nações ficaram privadas dos quadros administrativos experimentados, de técnicos, de capitais e de mão-de-obra qualificada para a exploração dos seus recursos latentes.

Assim se deu, no mundo da liberdade reconquistada, súbita indigência de meios e recursos para as novas nações inexperientes enfrentarem os problemas econômicos, sociais e políticos da independência nacional. Foram estas nações, ditas subdesenvolvidas e tidas por peões no jogo das forças internacionais, que deram origem, por sua reação, ao *Terceiro Mundo*.

#### 4 — As Conferências

Numa época em que a situação internacional mais decidida era a bipolaridade, num momento em que pare-

cia necessária a escolha entre alternativas igualmente perigosas, era fatal uma reação visando, se não ao neutralismo impossível, pelo menos ao não alinhamento.

Com a facilidade e a rapidez atual dos meios de comunicação e de deslocamento, não é de admirar que as nações, conscientes de sua solidariedade, multiplicassem os encontros de seus estadistas em cidades estrangeiras para negociar pactos, tratados e convenções. Foi exatamente o que aconteceu, principalmente nestes últimos quinze anos.

A primeira tentativa de despertar a noção de solidariedade econômica e social dos países subdesenvolvidos foi feita por um grupo de estados afro-asiáticos, membros das Nações Unidas. O objetivo principal era definir uma política exterior independente em relação aos dois blocos formados pela bipolaridade. Já Nehru em Nova Delhi e Quirino, nas Filipinas, convocavam representantes de países que combatiam o colonialismo e procuravam a manutenção da paz, comprometida na Coreia. A nova atitude da Grã-Bretanha em relação à Índia modificava, consideravelmente, os problemas políticos do oceano Índico e do Pacífico, onde era substituída pela predominância americana. Em 1950 ainda, sob a influência britânica, havia se reunido, em Colombo (Ceilão), uma conferência para planejar a cooperação econômica no desenvolvimento do Sul e Sudeste da Ásia. Sob a direção de uma Comissão Consultiva, continua, anualmente, a execução do chamado *Plano de Colombo*, com reuniões em Melbourne, Karachi, Bangkok ou na sede, Colombo. Conta hoje 24 membros.

Os acontecimentos da Indochina (Dien Bien Phu), a *Conferência de Genebra* e a questão de Formosa levaram, em 1954, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França a firmar, com o Paquistão, Tailândia, Filipinas, Austrália e Nova Zelândia, o *Tratado do Sudeste da Ásia* (SEATO ou OTASE). Este tratado declarava a igualdade de direitos, a autodeterminação, a liber-

dade individual e a aplicação da lei como princípio da solução pacífica de tôdas as disputas internacionais e a consulta dos signatários, em caso de agressão armada, a qualquer um dêles. Foi êste o *Pacto de Manila* (1954).

## 5 — O Espírito de Bandung

Depois da morte de Stalin, em 1953, as relações internacionais entraram numa fase de maior cordialidade e o ano seguinte marcava uma data na história do *Terceiro Mundo*. Sem esperar novas iniciativas das Potências Ocidentais, relativas à Ásia, os próprios Estados asiáticos passaram a cuidar dos melhores meios de não serem envolvidos, novamente, em conflitos mundiais e das possibilidades de seu próprio desenvolvimento econômico.

Nos países do sudoeste asiático os níveis de vida eram diversos, mas, em geral, baixos; era fraca a renda *per capita*; a subalimentação era crônica; o excedente de nascimentos agravava a situação; métodos de cultura atrasados, falta de aparelhamento, de capitais, de técnicos. Os únicos recursos eram trazidos pela exportação de produtos agrícolas e matérias-primas: arroz, chá, borracha, estanho, petróleo, aliás sempre sob a dependência dos preços do mercado internacional e da concorrência de produto de substituição, ou de indústrias de síntese. Era, pois, evidente que a necessidade de contar com assistência do exterior. O problema era saber se esta assistência devia ser solicitada ou aceita dos ocidentais ou das repúblicas populares soviéticas. Diante da *bipolaridade* o neutralismo parecia se impor no Terceiro Mundo.

Foi então que surgiram, no seio do governo da Indonésia, onde a situação se tornara crítica com o conflito entre Exército e Parlamento, com os motins nacionalistas, as reclamações de Samatra contra Java e a espinhosa questão da Nova-Guiné, as circunstâncias que aconselhavam Sukarno a procurar na política exterior um derivativo da opi-

nião pública. Ao ministro Sastroamijojo veio a idéia de lançar a Indonésia na esfera mundial da grande política, reunindo em Java as nações do Terceiro Mundo, da Ásia e da África. O primeiro trabalho foi converter à sua idéia a Índia de Nehru. Foi êste procurado em Nova Delhi: não foi fácil convencer, mas acabou cedendo, sob condição de ser convidado para a Conferência o ministro chinês Chu-en-lai, com o qual a Índia acabava de obter uma solução aceitável na questão do Tibet.

Depois de uma reunião em Bogor (antiga Buitenzog dos holandeses), os cinco associados asiáticos de Colombo convidaram vinte e quatro países a uma conferência em *Bandung* (Bandoeng) no centro de Java. Lá compareceram Nehru, Chu-en-lai, Nasser, Sukarno, estadistas paquistanos, cingaleses, siameses, filipinos, etíopes, turcos, iraquianos, japoneses e outros. Os receios que inspirava aos sul-asiáticos a China comunista foram hábilmente dissipados pela cordialidade do chinês, que fez inúmeras declarações e aceitou tôdas as críticas. Foram discutidos os grandes problemas do Terceiro Mundo, destacando-se as sugestões de Nehru, as queixas de Nasser no caso palestiniiano, os receios da Tailândia em relação aos invasores chineses, as denúncias de Ceilão sôbre colonialismo. Em realidade, cada um obteve um pouco do que queria, mas nenhum chegou a seus fins. "Unidade na Diversidade" era o ríflão de Sukarno.

O comunicado final dos "princípios de coexistência" continha dez proposições votadas. Ressaltava, em vários itens, o desejo dos representantes do Terceiro Mundo de se conformar estritamente com os dispositivos da Carta das Nações Unidas, a respeito dos direitos humanos fundamentais, sôbre a solução pacífica dos conflitos internacionais e sôbre o direito individual e coletivo de defesa nacional. Além de reconhecer a igualdade das raças e das nações, respeito à soberania, à integridade territorial, às obrigações interna-

cionais, à não intervenção em negócios internos e se opor aos atos de ameaça de agressão e emprêgo de forças contra a independência de seu país.

O aspecto negativo destas proposições é mais evidente do que seu conteúdo positivo. Representam o mínimo das aspirações nacionais de povos livres e, à primeira vista, nada contém de novo e inesperado. Entretanto, um estadista do momento presente, Leopold Senghor, presidente do Senegal, julgou que Bandung representa o movimento de maior importância desde o Renascimento. É a morte do complexo de inferioridade dos povos de côr, uma disfarçada reação contra o Ocidente. Como revolta moral da Ásia Sulestina, formulada em têrmos claros e servida em "pratos limpos", a opinião do estadista senegalês parece certa: aí se acha a expressão do que foi chamado o "espírito de Bandung".

## 6 — A Ação do Terceiro Mundo

Embora o Ocidente não tivesse atribuído maior importância à reunião de Bandung, não deixou esta de causar profunda impressão no Terceiro Mundo, onde cedo surgiu o desejo de imitá-la. Seduzido pela idéia, Nasser aceitou a realização de uma conferência no *Cairo*, moldada sôbre a reunião de Java. Seria a "Conferência dos Povos" que o "Pravda" anunciava como manifesto de paz antiimperialista. Na Universidade do Cairo reuniu-se, nos últimos dias de 1957, a conferência, onde trinta e cinco nações representavam 70% da população do globo. As representações japonesa, soviética e chinesa eram particularmente numerosas, quase submergindo o Terceiro Mundo. Libéria, Paquistão, Filipinas, Malásia, Marrocos se recusaram. Colonialismo e desarmamento foram os principais temas; numerosas foram as resoluções votadas, mais sob forma de objurgações do que de convites. Exigiam que fôsse concedida independência imediata ao Quênia, à Madagáscar, à Somália, ao Camerun; restituição da Íria,

de Gôa, de Okinawa; proibição a Israel de navegar no gôlfo de Akaba; autodeterminação em Chipre; reunificação da Coréia e do Vietnam.

A coeficiência do Cairo tinha-se afastado, um tanto, do "espírito de Bandung" e dos países africanos, com seus próprios problemas a necessitar de soluções mais práticas. Coube ao estado de Ghana, recentemente tornado independente, reunir duas conferências sucessivas em sua capital, *Acra*. Cinco Estados Árabes e três Estados Negros (Etiópia, Libéria e Ghana) incumbiram-se de discutir o colonialismo, visando, principalmente, à política francesa.

As resoluções finais, porém, foram mais práticas e tiveram a forma de conselho e de orientação assim estabelecidos: o Mercado Comum Europeu denunciado como "arapuca imperialista"; desaconselhadas as revelações diplomáticas com países que admitiam a segregação racial; recomendadas formações de grupos regionais independentes, promotores do desenvolvimento econômico e, por fim, recomendada a luta contra o tribalismo e separatismo religioso.

Outras conferências africanas foram promovidas por personalidades como William Tubman, presidente da Libéria, Sekou Touré, Nkrumah, Bourguiba e outros estadistas africanos.

Entre as reuniões da última década, destaca-se a *Conferência de Túnis* (1960), na qual é discutido o pan-africanismo e a possibilidade de uniões ou federações.

Em nenhuma deixam de voltar os temas de Bandung, mas vão se destacando a reafirmação de preceitos anti-colonialistas, a recusa de compromissos que envolvem casos de conflitos e de segurança econômica subordinada a ligações políticas.

Em 1963, quando a emancipação das colônias européias já tinha alcançado sua última fase, na *Conferência de Adis Abeba*, além da condenação do aparteidismo (visando principalmente à

África do Sul), os representantes de trinta e duas nações africanas constituíram, finalmente, a *Organização da Unidade da África* (O.U.A.), que tem, até hoje, desempenhado o papel econômico e social com eficiência. Em 1965, por exemplo, contribuiu para a solução das questões congoleza e rodésiana.

Mas não é unicamente para resolver questões que interessam à política dos Estados do Terceiro Mundo que os países subdesenvolvidos da Ásia e da África servem de mediadores ou agentes. O Terceiro Mundo já adquiriu seu prestígio próprio e suas atitudes já afe-

tam os ocidentais e mesmo os dois pólos do sistema internacional bipolar.

A sua influência consiste em ser essencialmente, psicológica e simbólica. Os novos Estados não alinhados, ou neutros, modificam, pela sua atitude, a relação das forças maiores e este fato tem por palco a própria *Assembléia das Nações Unidas*, onde representam uma maioria de votos que ambos, *Oeste* e *Leste*, têm interesse em se conciliar. É fraco como peça ativa no jogo internacional militar ou econômico, mas como símbolo político o Terceiro Mundo é uma Terceira Força.

Setembro de 1968

# O CANAL DO PANAMÁ

THEREZINHA DE CASTRO  
Geógrafa do IBG.

## 1 — Tentativas Iniciais

A *idéia de se abrir no Panamá um canal ligando o Atlântico ao Pacífico* é bem antiga, já que a importante posição geográfica do istmo não passou despercebida aos conquistadores espanhóis.

A região, com *ponto de passagem*, remonta à descoberta do Peru e consequentemente exploração das minas de Potosi. Estava, realmente, aí o *caminho mais curto de mar a mar*, através do qual seriam transportados, em lombo de burro, os tesouros peruanos, até os galeões ancorados no Atlântico com destino a Sevilha. Tendo conhecimento do fato, em 1551, o *historiador espanhol Francisco Lopes Gomarra apresentava a Felipe II um projeto de abertura do canal*, que cairia no esquecimento governamental, em vista dos gastos que tal empresa iria exigir.

O istmo do Panamá foi das últimas regiões espanholas da América a obter sua *independência*; conseguiu-a de modo pacífico, graças ao Coronel José Flórez, panamenho de nascimento que, governando a região, aderiu aos planos separatistas. Assim, a 28 de novembro de 1821, o Panamá transformava-se no *Departamento do Istmo*, ligado politicamente à Colômbia. Seguindo o conselho de Alexandre Humboldt, Simão Bolívar mandou realizar medições no terreno e *estudou as viabilidades do canal*; vendo que não disporia de capital para a obra, abandonou o projeto (1829).

Tendo sido bem sucedido na abertura do canal de Suez, *Ferdinand Les-*

*seps* entrou em entendimentos com o governo colombiano, iniciando as *obras de abertura do canal* (1881), através da "Compagnie Universelle du Canal Interocéanique de Panamá". Em virtude das péssimas condições climatológicas, associadas à febre amarela e dificuldades encontradas no terreno, essa companhia francesa interromperia os trabalhos após oito anos de lutas (1889). Fracassariam também os trabalhos encetados em 1894 pela "Compagnie Nouvelle du Canal de Panamá".

## 2 — Ação dos Estados Unidos

No entanto, a *posição-chave desta região* já havia atraído a atenção dos Estados Unidos, ainda em meados do século XIX, quando o oeste deste país ainda não havia atingido o seu desenvolvimento; previam a *duplicação de suas possibilidades estratégicas*, tanto no Atlântico quanto no Pacífico, caso viessem a dominar o istmo do Panamá. Como primeiro passo, procuraram os Estados Unidos uma aproximação com a Inglaterra; obtiveram o *acôrdo Clayton Bulwer* (1850) no qual aprovavam a promessa mútua de colocarem sob seu controle a ferrovia ou canal que viessem a construir no local. Optaram pela *estrada de ferro*, construída em 1855, que deu enormes lucros a seus financiadores.

Porém, o conflito que os Estados Unidos tiveram que enfrentar com a Espanha (1898) mostraram a necessidade de uma via marítima na América Central; isto porque o Oregon, navio de guerra estadunidense, se viu forçado

a realizar a rota do cabo Horn, para poder se reunir ao resto da armada, em operação contra a Espanha no mar das Antilhas.

Vencida a Espanha e abandonada a ilha de Cuba à influência dos Estados Unidos, observaram êstes, inicialmente, que o *núcleo do Caribe*, por sua situação estratégica, havia sido a cabeça de ponte indispensável à penetração continental; naquele presente, possibilitaria o domínio de vastas superfícies oceânicas, condição principal à segurança das rotas marítimas. Baseados em tais considerações geopolíticas e, até certo ponto financeiras, os Estados Unidos anexaram a ilha de Pôrto Rico (1898). Essa política inicial é defendida por Vicens Vives (Tratado General de Geopolítica — pág. 116): “Um litoral reunirá condições geopolíticas favoráveis para ser utilizado, quando se acha a distâncias regulares de outra costa economicamente tentadora; o grau de aproveitamento tende a aumentar em razão direta das ilhas e arquipélagos que o amparam e em razão inversa da abundância de bens que a detém.”

Estabelecido um ponto de apoio, conseguiram pelo *pacto Hay Pauncefote* (1901) que a Inglaterra reconhecesse o direito exclusivo dos Estados Unidos à posse do projetado canal do Panamá. Pouco depois firmavam com a Colômbia o tratado de *Herran-Hay* (22 de janeiro de 1903) obtendo no istmo uma zona de 10 km de largura para a construção do canal. Como o Senado Colombiano se negasse a ratificar o tratado, o presidente Theodoro Roosevelt enviou ao istmo alguns navios de guerra, com o fito de intimidar as autoridades colombianas (12 de agosto de 1903). Aproveitando o fato, um grupo de revolucionários panamenhos, incentivados por agentes da Companhia do Canal do Panamá, se revolta proclamando a *separação da Colômbia* (3 de novembro de 1903). O novo governo separatista revolucionário foi logo reconhecido pelos Estados Unidos que, através da canhoneira

Nashville impediram o desembarque das tropas colombianas em Colón, para tentar as devidas operações terrestres contra os insurretos.

Garantidores da independência do Panamá, obtiveram logo os Estados Unidos o *tratado John Hay-Bunau Varilla* (18 de novembro de 1903). Êste último, representante da Nova Companhia do Canal do Panamá e ministro da recente República, concedia aos Estados Unidos o arrendamento perpétuo de uma faixa de terra com 16 km de largura, desde o Atlântico ao Pacífico; incluía as águas do lago Gatun, hem como os terrenos que o rodeavam, dentro de uma linha de contôrno de 26 metros sôbre o nível do mar. Além dêste total, perfazendo 1.432 km<sup>2</sup>, estavam ainda incluídas as águas dos oceanos Atlântico e Pacífico, a uma distância de 5 km a contar da linha média entre as marés mais altas e mais baixas, juntamente com ilhas e ilhotas aí localizadas.

Iniciadas as obras em 1904, o canal ficava pronto em 1913, mas só era efetivamente inaugurado em 15 de agosto de 1914, com a travessia Atlântico—Pacífico do navio Ancon que gastou seis horas no percurso.

A partir de então, os diferentes governos dos Estados Unidos procuraram reforçar a defesa do canal, nas áreas adjacentes do mar das Antilhas; adquiriram da Dinamarca as *ilhas Virgens* (1917) e obtiveram concessão para o estabelecimento de *bases navais e áreas em territórios ingleses* das ilhas Jamaica, Antígua, Santa Lúcia, Barbados e Trinidad. Assim, conclui Donald Marquand Dozer (“América Latina uma perspectiva histórica” — pág. 443): “Os Estados Unidos deram nova interpretação à Doutrina de Monroe, estabeleceram sindicâncias financeiras em diversos países do Caribe, enviaram forças de ocupação de fuzileiros navais e finalmente compraram territórios naquela área.”

Em 1936 os Estados Unidos assinam com a República do Panamá um *tratado de defesa*, relativo a área do canal;



por êle, ambos os governos se comprometem a tomar medidas, desde que estejam em comum acôrdo.

Mais recentemente (1964) produziram-se lutas sangrentas na zona do canal, onde nacionalistas panamenhos exigem novas negociações que substituam o tratado de 1903. Os Estados Unidos parecem dispostos a um nôvo acôrdo baseados em vários fatores. Entre êles a *diminuição da importância estratégica* do canal, graças a *criação de nova marinha de guerra*, que abrange os dois oceanos e a existência de armamentos nucleares. Calculam, por outro lado, os Estados Unidos que *o canal estará obsoleto em 1985*, graças aos numerosos navios, com mais de 60 mil toneladas, que estão sendo construídos e que aquela via não comporta; por isso mesmo *estão em estudos outras possíveis vias*, principalmente na zona Costa Rica—Nicarágua (Vide Atlas de Relações Internacionais n.º 5 — “A Nicarágua e seu Canal”).

### 3 — Relações com a Colômbia

A atitude dos Estados Unidos para com a Colômbia em relação ao istmo do Panamá havia repercutido mal, principalmente por haver *um tratado assinado entre os dois países em 1846* (Bidlack-Mallorino). No artigo XIV os Estados Unidos haviam garantido “os direitos de soberania e propriedade que a Nova Granada (Colômbia) possui e exerce no referido território”. Apesar do acôrdo Roosevelt, reverteu a política inicial dos Estados Unidos, apoiando a separação do Panamá.

Apesar de a Colômbia haver insistido em recorrer a um arbitramento, o ato de Roosevelt foi mantido, sem procurar satisfazer ao govêrno de Bogotá.

No entanto, quando *Woodrow Wilson* chegou à presidência, os democratas apoiaram-lhe a atitude, pois êste julgava necessária uma satisfação para se *resolver em definitivo o caso do Panamá*. Expressando o seu “sincere regret”, o nôvo govêrno de Washington

se dispunha a pagar 25 milhões de dólares à Colômbia pelo prejuízo que lhe havia causado (projeto de 1914). Levantou-se, então, no Senado a oposição dos republicanos, partidários de Roosevelt; liderados por êle censuraram a idéia de pedir desculpas à Colômbia e, assim, o projeto não teve andamento.

A questão voltou de nôvo a ser tratada em 1921, durante a *presidência de Harding* que, apesar de republicano, propôs nova redação ao projeto, eliminando do texto as “sinceras desculpas” de 1914. Havia surgido uma nova situação nas repúblicas sul-americanas andinas: o *aparecimento do petróleo*. A idéia de ver a Inglaterra e outras nações se beneficiarem das concessões colombianas levou alguns parlamentares republicanos a mudar de opinião; assim, *um nôvo projeto foi aprovado em 1921* por 69 votos contra 19 apenas. Na sua “Diplomatic History of the American People”, pág. 546, Thomaz Bailey, da Universidade de Stanford, diz maliciosamente que a “maioria senatorial foi lubrificada com o óleo colombiano”. A realidade é que os tempos haviam mudado.

### 4 — Dados Gerais

O canal do Panamá tem, de um oceano ao outro, 81 km de comprimento. Sua largura varia dos 90 metros, no corte de Culebra, a 350 metros no lago Gatun. As profundidades variam de 12 a 30 metros. Como o desnível das marés são diferentes no Atlântico (30 cm) e Pacífico (3,75m) tiveram que ser construídos três grupos de comportas: a de Miraflores, Pedro Miguel e Gatun. As máquinas dessas represas são movidas a eletricidade: duas centrais hidrelétricas, que geram a corrente, funcionam com a água do lago Gatun. Passando pelas represas os navios são rebocados por pequenas locomotivas elétricas de cremalheira (“mulas”) que rodam por trilhos construídos em am-



bos os lados da reprêsa. Serve ainda ao canal a ferrovia Panamá—Colón com 77 km de extensão. Dos 1.432 km<sup>2</sup> que abrangem a área do canal, 496 km<sup>2</sup> são ocupados pelas águas.

O preço da obra tingiu 371 milhões de dólares. A indenização ao Panamá foi de 10 milhões, além de uma taxa anual fixada, inicialmente, em 250 mil dólares, que tem sido elevada com o correr dos anos. Trabalharam na abertura do canal 35.500 homens.

A passagem pelo canal economiza 16.032 km aos navios, que antes tinham que dobrar o Cabo Horn para atingirem o Pacífico. O tráfico começou na região com a predominância dos Estados Unidos. Hoje êle já se revela insuficiente para os navios de passageiros mais modernos, como o "Queen Mary" e até mesmo para o porta-aviões Roosevelt. Segundo dados fornecidos pela Companhia do Canal do Panamá (Almanaque de Seleções — 1968 — pág. 481) foi o seguinte o tráfego em 1965.

NAÇÃO DE REGISTRO	TONELADAS DE CARGA	NÚMERO DE PASSAGEIROS	TONELAGEM BRUTA	DIREITOS (Dólares)
Libéria.....	13 233 873	1 118	12 372 983	8 235 514
Noruega.....	13 118 315	1 446	14 100 471	9 588 919
Estados Unidos.....	9 986 170	1 678	15 557 083	10 724 351
Inglaterra.....	8 846 718	1 339	12 828 431	8 291 824
Grécia.....	5 734 249	575	5 552 428	3 682 461
Japão.....	4 909 656	804	6 552 046	4 377 156
Alemanha Ocidental.....	3 520 170	1 186	5 472 820	4 614 242
Holanda.....	2 612 450	618	3 554 173	2 336 989
Suécia.....	2 573 845	388	3 580 852	2 308 224
Dinamarca.....	1 789 141	283	2 186 036	1 664 459
Itália.....	1 223 355	192	2 072 618	1 360 631
Chile.....	827 651	115	878 699	606 425
China (Formosa).....	823 032	103	851 515	577 133
Peru.....	774 426	153	770 615	522 107
França.....	709 310	172	1 126 811	800 476
Israel.....	438 729	59	514 782	361 870
Colômbia.....	395 192	246	1 044 722	844 112
Rússia.....	388 336	48	409 663	258 959
Filipinas.....	347 839	84	799 510	494 557
Líbano.....	246 060	34	242 954	157 977
Índia.....	210 758	8	151 824	101 041
Bélgica.....	187 124	49	301 040	217 750
Finlândia.....	158 873	27	209 965	149 251
Honduras.....	152 223	268	532 353	274 416
Iugoslávia.....	105 540	17	129 542	111 564
Irlanda.....	139 266	12	127 278	79 398
China (Continental).....	134 075	17	140 315	92 195
México.....	118 465	42	138 983	95 405
Nicarágua.....	93 580	62	149 880	135 593
Coréia do Sul.....	72 675	15	108 045	68 499
Suíça.....	66 915	82	155 721	117 796
Cuba.....	52 719	5	48 167	30 954
Guiné.....	46 518	4	39 875	25 921
Equador.....	40 370	25	133 425	105 615
Espanha.....	31 346	11	40 702	33 896
Venezuela.....	28 291	17	35 108	27 590
Bulgária.....	22 582	2	18 042	11 689
Islândia.....	15 904	2	22 976	14 616
Ghana.....	8 965	1	7 583	4 854
Indonésia.....	2 166	2	7 434	6 536
Koweit.....	565	2	3 020	1 542
Haiti.....	—	1	8 464	4 511
<b>TOTAIS</b>				
Exercício Financeiro				
1965	76 573 071	11 834	95 924 123	65 442 633
1964	70 550 090	11 808	89 829 766	61 098 213
1963	62 247 094	11 017	83 832 893	56 368 073

O governador da zona do canal é designado pelo presidente dos Estados Unidos, ficando ligado diretamente ao Secretário da Defesa. Reside o governador em Balboa, tendo para auxiliá-lo os seguintes Departamentos: Executivo,

Exploração e Conservação, Comissariado, Contabilidade e Saúde. *Balboa* é o principal pôrto do canal no Pacífico e *Colón* no Atlântico.

(Julho de 1968)